

OS TEMPOS HERÓICOS DE COLLOR E ZÉLIA.

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Editora Nobel, 1991.

1. O fim dos tempos heróicos

Os tempos heróicos de Zélia

Terminaram os tempos jovens e heróicos de Zélia. Tempos de firmeza de decidir, de coragem de enfrentar os interesses, de determinação de cobrar de todos uma parcela de sacrifício, de tenacidade na luta pelos objetivos; mas também tempos de aprendizado, de inabilidade política, de dificuldade de ouvir, de desconhecimento da dinâmica da inflação inercial brasileira.

O balanço desses catorze meses foi positivo. Ainda que Zélia Cardoso de Mello e sua equipe tenham sido derrotados pela inflação, que afinal não foi controlada, e pela recessão, que resultou da política ortodoxa, monetarista, inutilmente implantada no Brasil entre maio e dezembro de 1990, o saldo de sua administração é favorável ao país.

A nova equipe econômica partiu do diagnóstico correto de que o problema central da economia brasileira consistia na crise fiscal do Estado. Essa crise, definida pela perda do crédito público, pela incapacidade do Estado de se financiar a não ser inflacionariamente, está na base da estagnação da economia brasileira dos últimos dez anos e do regime hiperinflacionário que a caracteriza desde, pelo menos, 1987. A partir deste diagnóstico, não teve dúvidas em agir. Em reduzir a dívida pública interna, em tentar firmemente reduzir a dívida pública externa, em cortar despesas públicas impiedosamente, em reduzir a sonegação fiscal através da eliminação dos cheques e títulos ao portador ou tentavam mexer no bolso de todos.

Um segundo diagnóstico, também fundamental, não escapou a Zélia e sua equipe. O Estado crescera demais, e a estratégia de industrialização por substituição de importações se esgotara. Era preciso, portanto, reduzir o Estado, privatizar

as empresas estatais e, principalmente, liberalizar o comércio internacional, eliminar grande parte das barreiras não-tarifárias e reduzir as tarifárias. Nesse ponto também Zélia hesitou em abandonar velhas convicções protecionistas e desenvolvimentistas, que no passado foram confundidas com posições de esquerda, embora abraçadas pelo regime autoritário de direita, e em adotar com firmeza as idéias modernizantes. Com isso não se transformava em uma neoliberal, não traía suas posições social-democratas, porque seu objetivo não era o *laissez faire*, o “Estado mínimo”. Era saneá-lo e reformá-lo para que ele pudesse voltar a intervir eficientemente, embora subsidiariamente ao mercado, em novos setores: política industrial e tecnológica, política social, política do meio ambiente.

O grande erro de Zélia e sua equipe foi ter adotado, em maio de 1990, uma política ortodoxa, monetarista, que tantos aplausos recebeu, interna e internacionalmente, mas que na verdade não tinha condições de quebrar a dinâmica da inflação inercial, informalmente indexada, que existe no Brasil. Quando esse plano, que em meus artigos nos jornais chamei de “segunda fase do Plano Collor”, definitivamente fracassou, em dezembro, com o anúncio do IPC de 19 por cento para esse mês, Zélia colocou seu cargo à disposição do presidente.

Atribui-se a Zélia e sua equipe dois planos de estabilização. Na verdade, foram três: o Plano Collor I, de março de 1990; a “segunda fase”, monetarista, de maio de 1990; e o Plano Collor II, de janeiro de 1991.

O Plano Collor I bloqueou os ativos financeiros, congelou rapidamente os preços e definiu a prefixação dos salários como forma de indexação. Esse era um plano de emergência para paralisar uma inflação que já atingira o estágio da hiperinflação (84 por cento em março de 1990). Um congelamento realizado quando os preços relativos estão muito desequilibrados não poderia terminar com a inflação, como de fato não terminou.

A volta da inflação foi atribuída pelos monetaristas, equivocadamente, ao aumento da liquidez que ocorreu em seguida ao plano, em função da conversão de cruzados em cruzeiros. Esse retorno parcial da liquidez estava embutido no plano, e não poderia mesmo ser inteiramente controlado.

Seja em função da influência da ortodoxia monetarista, que é internacionalmente dominante, seja porque não tinha condições de admitir o fracasso do primeiro plano e preparar um novo plano de estabilização para outubro, conforme lhe propus, Zélia, em 15 de maio, suspendeu a prefixação dos salários, optou pela total proibição de qualquer indexação e fixou uma meta monetária: 9 por cento de crescimento da base monetária no segundo semestre. Começava o segundo plano, ou a “segunda fase”.

Enquanto economistas monetaristas, agora satisfeitos, afirmavam que a inflação passaria a baixar no mês seguinte, uns poucos economistas, que conhecem a dinâmica da inflação inercial, discordavam. Afinal estes últimos se revelaram com razão.

Os monetaristas, depois do fracasso, passaram a afirmar que a política monetária não foi extremamente dura. Não é verdade. A política monetária foi muito dura. Em consequência, a taxa de juros tornou-se fortemente positiva, e, a partir de outubro, a recessão teve início. Uma recessão gratuita, porém, porque, a não ser em julho, a inflação não parou de crescer.

Em novembro, dois economistas ortodoxos, Mário Henrique Simonsen e Afonso Celso Pastore, na reunião do Fórum Nacional, admitiram que a política monetária estava sendo, de fato, muito dura, mas que, em uma economia com alta inflação, política monetária é ineficiente. Se política monetária é política de crédito e se o crédito público não mais existe, não é possível basear o controle da inflação na política monetária. Ambos admitiram, corretamente, que as duas únicas políticas viáveis eram a fiscal e a de rendas (no caso, um eufemismo para algum tipo de congelamento provisório).

Reconhecido o fracasso da “segunda fase”, tivemos, em 31 de janeiro de 1991, o Collor II, enquanto a economia mergulhava na recessão. Todos perceberam, imediatamente, inclusive a própria equipe que o coordenou, que esse plano não tinha a menor condição de êxito. O *tarifaço* e a falta de um acordo social mínimo o inviabilizavam. Nesse momento as classes dirigentes, interna e internacionalmente, já haviam

condenado Zélia e sua equipe, enquanto aumentava o des-crédito do presidente.

Estavam, assim, terminados os tempos heróicos de Zélia Cardoso de Mello. Cometeu erros, levou o país à recessão sem ter controlado a inflação, foi politicamente inábil, não tinha condições de continuar. Mas, não tenhamos dúvida, sua queda não se deveu apenas a ter falhado na política de estabilização. Deveu-se também à firmeza com que enfrentou os poderosos e os corruptos, à determinação de reformar o Estado, à coragem de reduzir a dívida pública e superar a crise fiscal. Com Zélia confirmou-se uma velha história: para os fracos e conformistas, que não se confrontam com interesses estabelecidos, é possível a sobrevivência política sem que sejam alcançados resultados; o mesmo, entretanto, não é verdade para os fortes e destemidos. Pagam caro quando não logram todo o êxito exigido ou esperado. (*Folha de S. Paulo*, 20/5/91.)

Entre o confronto e a submissão

Em seus primeiros catorze meses, o governo Collor, em suas relações com os empresários e mais amplamente a sociedade civil, pendeu claramente mais para o confronto que para a conciliação. Foi corajoso, se não heróico, em muitos momentos, mas esse heroísmo acabou prejudicado pela auto-suficiência e por uma quase-arrogância. Revelou, nesse período, principalmente até dezembro último, uma enorme dificuldade, se não resistência, em ouvir e dialogar com a sociedade. Em consequência, enfrenta hoje um grave problema de legitimidade, que agora busca superar com a demissão de Zélia Cardoso de Mello e a escolha de Marcílio Marques Moreira para o Ministério da Economia.

No Brasil, é possível ser eleito sem os empresários, mas é impossível governar sem eles. Isso ocorre em qualquer país capitalista, mas é especialmente verdade no Brasil na medida em que temos uma democracia dual: nas eleições uma imensa maioria de despossuídos escolhe o presidente; no dia seguinte,

porém, apenas uma pequena elite, uma sociedade civil diminuta em relação à massa de 80 milhões de eleitores, tem condições de influenciar o governo.

Nesta pequena sociedade civil, onde, de várias formas organizados e inter-relacionados, estão presentes os empresários, os jornalistas, os cientistas, os artistas, os líderes de sindicatos e associações de todos os tipos, são os empresários o grupo maior, mais poderoso, mais influente. O presidente pode, eventualmente, ser eleito à revelia deles, como aconteceu com Collor, ou contra eles, como aconteceria se Lula tivesse sido eleito, mas depois não há alternativa senão governar com eles.

Entretanto, exatamente porque essa sociedade é dual, porque é teoricamente possível eleger um candidato sem o apoio real dos empresários, é grande a tentação enfrentada pelo governante de, uma vez eleito, governar sem eles, de continuar a se apoiar na massa dos eleitores. Foi basicamente nessa tentação que caiu o presidente Collor nesses primeiros catorze meses de governo. Foi esse fato, mais que o fracasso da política antiinflacionária e da recessão, que levou o governo a uma profunda crise política, na verdade a uma “crise de legitimidade” (ou seja, perda de apoio da sociedade civil) semelhante à que ocorreu nos três últimos anos do governo Figueiredo e nos dois últimos do governo Sarney. A diferença é que a crise de legitimidade desses governos ocorreu quando perderam o apoio da sociedade civil apesar dos esforços que fizeram para que isso não ocorresse, enquanto, no caso do governo Collor, a impressão que ficou foi oposta: ignorando que a popularidade vem dos eleitores, mas a legitimidade, no sentido político do termo e não no sentido jurídico, se origina na sociedade civil e particularmente dos empresários, o governo Collor pretendeu quase deliberadamente governar sem a sociedade civil. Ao fazer isso, ao cair na tentação do contato direto com o povo, entrou em um processo de perigoso e desgastante conflito com essa sociedade.

Embora os participantes da sociedade civil, e particularmente os empresários, estejam sempre se queixando de sua falta de poder, na verdade eles detêm um enorme poder.

Quando não são chamados a participar, respondem com palavras e atos. Palavras, porque possuem a hegemonia ideológica, direta ou indiretamente são os formadores de opinião por excelência da sociedade. Atos, porque são eles que tomam todos os dias as decisões de preço e de investimento.

As sociedades capitalistas são democráticas, em parte, porque os valores democráticos fazem parte de seus fundamentos ideológicos, tanto quanto os valores liberais e individualistas; em parte, porque o regime democrático é o único compatível com uma participação efetiva da sociedade civil na política. Os empresários, os intelectuais, a sociedade civil em geral, ainda que uma minoria na sociedade, constituem uma grande massa de pessoas que exigem essa participação política.

É claro que o governante que pretende ser um homem de Estado não pode simplesmente se curvar perante a sociedade. Se ele o fizer, não governará. A relação dos governantes com os poderosos, tanto interna quanto externamente, é sempre uma relação conflitante. As alternativas polares são sempre a submissão ou o confronto. Entre esses dois extremos é preciso encontrar um meio-termo. Não o meio-termo da mediocridade, mas o meio-termo estratégico do avanço e do recuo, a afirmação de suas convicções de homem público e da capacidade de fazer compromissos ou concessões. É preciso ouvir muito, dialogar o que for possível e, depois, ceder o mínimo.

Auto-suficiente, muito próximo da arrogância, o governo, nessa primeira fase que termina com a saída de Zélia, pouco ouviu, e dialogou menos ainda. Agora, com Marcílio Marques Moreira, assistimos a uma tentativa de mudança de rumo. O novo ministro é por excelência um homem conciliador, tem economistas e burocratas competentes em sua equipe. Poderá fazer uma boa dupla com o presidente se souber aparar suas arestas.

Terminou a fase heróica do governo Collor, agora talvez comece a realista. Na fase heróica, o governo perdeu legitimidade política ao se confrontar com a sociedade e com os credores externos. Em compensação, iniciou reformas fundamentais — reformas fundamentais para a superação da crise do Estado brasileiro. Agora é preciso consolidar essas reformas e

estabilizar a economia. Este é um desafio que só poderá ser realizado se a submissão não for a alternativa ao confronto. Se ao heroísmo for adicionado o realismo, se à coragem for acrescentado o espírito de conciliação. (*Jornal do Brasil*, 25.05.91.)